

O PATRIMÓNIO PAISAGÍSTICO E A ARQUITECTURA DOS ESPAÇOS EXTERIORES URBANOS

A cidade deixou de crescer de uma forma contínua, agregada e com um ritmo temporal que permitia acertos e variações que conferiam alguma organicidade à estrutura. Mesmo os bairros concebidos na tradição racionalista e pitoresca, caso do Restelo dos anos 40, têm desafogo, coerência de desenho e alguma liberdade de variações, embora ao nível já decorativo da arquitectura dos exteriores. Com meio século de provas podemos concluir que são tecidos urbanos estáveis que estimulam a sua própria conservação e têm capacidade de fácil adaptação às exigências da habitação moderna.

O primeiro choque urbanístico que cortou com a tradição não foi um empreendimento marginal, especulativo como muitos que hoje marcam os subúrbios de quase todas as cidades do país, de facto os Olivais apareceram como um plano erudito inspirado na Carta de Atenas e apostadamente concebido, de modo a recusar a rua tradicional, diluindo a relação rua-edifício num espaço informal que, com alguma ingenuidade, se pretendia ser jardim, parque, espaço verde de enquadramento "natural" dos edifícios. Apesar das críticas que posteriormente se apontaram a esta configuração urbana, fundamentadas no carácter excessivamente residencial (dormitório!) deste bairro e também nos inconvenientes da descontinuidade com que ele se demarca da cidade, os seus habitantes apreciam o sossego, a eficiência dos equipamentos e serviços tomando como comparação as zonas congestionadas do centro e a miséria dos subúrbios onde se sofrem carências de infraestruturas, de equipamentos e a amargura de um desenho urbano vazio de ideias.

A urbanização dos Olivais tem o mérito de ser uma ideia estruturada, uma experiência com riscos calculados, um programa que, no essencial, foi cumprido. A segregação dos Olivais relativamente à cidade creio que foi, em princípio, um objectivo mas, curiosamente, tornou-se uma surpresa algo frustrante que desorientou os urbanistas portugueses.

A verdade é que depois desta experiência as seguintes (planos integrados e outros bairros do FFH, Telheiras e Chelas da EPUL e as imensas urbanizações particulares) são produtos onde se sente a ausência de fundamentação teórica. O desenho urbano é pobre, funcionalista, tanto mais obediente a métricas quanto inseguro e desprovido de ideias estruturantes.

Perante esta desorientação seria de esperar um retorno aos padrões clássicos mas não, o que acontece são saltos em frente no experimentalismo, no devaneio sem questionar os problemas de fundo que, a meu ver, incidem fundamentalmente na continuidade do

tecido urbano que tem a ver com a gestão do crescimento; evitar a segregação social resultante da produção maciça de bairros dirigidos para estratos sociais demarcados; integrar o desenho urbano como uma fase do processo conceptual que se distingue, apesar das interdependências, da concepção arquitectónica dos edifícios.

As exigências do trânsito automóvel e do estacionamento têm induzido configurações urbanas simplistas com uma crescente adopção de soluções estereotipadas que se apanham em compêndios sobre traçados de vias. Os requisitos dos transportes públicos e os critérios de programação de equipamentos têm implicações profundas no controlo da escala e composição dos espaços. Acresce ainda que as infraestruturas, que trabalham enterradas em vala ou galeria técnica, condicionam cada vez mais os espaços exteriores.

O enfraquecimento do desenho urbano dá azo a que as diversas especialidades avancem com os seus projectos sectoriais, inclusive a própria arquitectura dos edifícios invertendo-se, de certo modo, o processo. Há uma ordem sequencial, rítmica, de acontecimentos que são ruas, praças, passeios, alamedas, jardins públicos e privados, quintais, parques que estruturam o meio urbano e são, enquanto espaços exteriores, definidos fundamentalmente por contraponto com os volumes dos edifícios. A transição entre o espaço público/privado começa a resolver-se no desenho urbano em plano de pormenor recorrendo a hierarquias, a símbolos e à organização funcional de espaços. Estas duas categorias de espaços (público/privado) complementam-se através de interacções delicadas trabalhadas pela arquitectura e que enriquecem o ambiente da cidade e valorizam a habitação na sua singularidade.

A composição da paisagem urbana opera com a expressão global e local destes elementos aplicados aos sítios. A urbanização de um sítio rural ou a renovação de um bairro não implica a destruição do que nele haja de peculiar, de significativo. A captação do "génio do sítio" é a eventual conservação de objectos que se decide integrar na nova estrutura, é a perpetuação de uma relação de sensibilidade com o meio que influencia a expressão arquitectónica e desenvolve a identidade originária sem agredir o utente que acompanha as transformações desse espaço.

A incapacidade das novas urbanizações gerarem a rua tradicional com a vivência do pequeno comércio e com relações de complementaridade entre o espaço público/privado tem sido objecto de críticas e polémicas. É descabido considerar que esta incapacidade é um defeito e ver aí mais um drama que culpa o desenvolvimento tecnológico. A rua tradicional também apresenta graves insuficiências e conflitos e enfrenta a concorrência dos centros comerciais. Mas, é de ponderar o facto dos grandes

complexos urbanos periféricos não conseguem ter o carácter representativo, humano e envolvente que os centros tradicionais nos transmitem. Isso deve-se, em parte, ao modo de projectar e de construir e de programar o empreendimento. Há uma precipitação (uma preguiça!) que modula, normaliza e uniformiza excessivamente as ideias. Outros discursos evidenciam, com alguma nostalgia e vontade revivalista, as virtudes do quarteirão exemplificadas nas Avenidas Novas em Lisboa e, de algum modo, reagem às novas configurações ainda mal avaliadas.

Constatemos, por exemplo, que a classe média que escolheu as Avenidas Novas hoje não as abandonaria mas é forçada a procurar modelos urbanos radicalmente diferentes onde a rua é reduzida a uma função linear de acesso às portas das garagens, comandadas automaticamente de dentro do automóvel e é a partir do interior das garagens, em caves, que se faz a comunicação com os apartamentos bem insonorizados e vigiados por um sistema de segurança eléctrico. O condomínio conquista e modela novos espaços, impõe cercas e privacidades que fragmentam a cidade. Neste processo, o urbanismo é confinado a operações de loteamento onde cada lote desenvolve um projecto que procura maximizar o seu isolamento. Esta atitude não segue qualquer princípio é apenas uma prática que pragmaticamente têm prescindido de fundamentações teóricas. Como esta atitude outras são possíveis inspiradas principalmente em modelos de mercado e, por isso, a estrutura urbana vai surgindo como um puzzle, que mal respeita o suporte de planos de pormenor urbanístico e, na maioria das vezes, o desenho urbano é uma consequência avulsa das operações isoladas sobre parcelas de solo.

A interiorização da casa e a redução das relações de transição com o exterior têm forçados as famílias a uma clausura doentia. Os espaços exteriores são cada vez mais cenários para ver através das janelas e resultam das sobras depois da implantação displicente de ruas e prédios. Designam-se por zonas verdes recebendo para tanto uma cosmética vegetal a preceito. A poluição atmosférica e o ruído do trânsito nas vias estruturantes perturbam e impede mesmo a usufruição dos espaços exteriores próximos. Estes conflitos inspiram reacções tais como a criação de ruas só para peões, as quais crescem em número e em extensão da área continua interdita ao trânsito automóvel. Tais medidas têm frequentemente uma origem mais política do que técnica. Este estado de coisas é contraditório com o facto do crescimento urbano operar com sistemas cada vez mais complexos e que exigem enquadramentos por processos de planeamento, geral e de pormenor, que vão integrando os projectos das diversas especialidades.

A questão começa pelos critérios de localização das zonas de expansão, programação das actividades e desenvolvimento de uma estrutura urbana coerente e com garantias de

qualidade. Não é mais sustentável o empenhamento na defesa radical de doutrinas culturalistas ou progressistas. Por outro lado, não é saudável cairmos na permissividade sem critérios, num pragmatismo que será, neste caso, a máscara de uma incapacidade de pensar os problemas do urbanismo e de desenvolver os seus princípios. Convenhamos porém que a diversidade e complexidade dos problemas determina que sejam vários os tipos de respostas possíveis e as certezas têm sempre um âmbito limitado. Mas há princípios que continuam a merecer a nossa atenção de entre os quais refiro a necessidade de só construir em altura quando há condições económicas para sustentar elevados níveis de sofisticação tecnológica e de qualidade.

A habitação colectiva em altura não serve para escalões economicamente débeis, nestes casos de "habitação económica" é aconselhável a casa unifamiliar com pequenos jardins privados, podendo a densidade chegar aos 50 fogos/ha (Gropius, 1972). As tipologias urbanas têm custos de manutenção muito diferentes; escolher uma ou outra depende da capacidade económica e da eficácia administrativa da sociedade. Com os edifícios em altura consegue libertar-se mais solo, aumentam-se as distâncias entre os prédios, mas isso não significa necessariamente melhor ambiente urbano.

Tão pouco é certo considerar que o solo liberto tem aproveitamento para jardim ou parque, também pode ser um espaço vazio disfuncional e, por isso, só perante casos concretos se podem desenvolver análises críticas e emitir juízos de valor. O Central Park em Nova Iorque já conta com 131 anos; Haussmann e Alphand renovaram Paris há 120 anos; Ebenezer Howard experimentou a cidade jardim há 91 anos; Stein e Wright construíram Rudburn há 60 anos e, de então para cá, há, pelo menos, a sensação de um vazio.

A Carta de Atenas, que todos reconhecemos como um manifesto datado, continua a ser a última afirmação de princípios fundamentais para urbanistas e arquitectos. O contexto actual é propício às diversidades mas é também vulnerável à produção desordenada do espaço urbano marginalizando os profissionais. A construção é sobrevalorizada pelas administrações néscias que chegam a pensar que o planeamento e o projecto são meras formalidades burocráticas que os incomodam.

A educação pública sobre o que está em jogo na relação plano-projecto-obra é oportuna. Mas voltando à questão dos princípios e das referências, o ecletismo que, como sabemos, está sempre, mais ou menos, presente em toda a criação arquitectónica, a intensidade com que se está a manifestar pode ser interessante quando são utilizadas referências autênticas e válidas. Não confundir estas acções, que por princípio devem ser desenvolvidas em espaços novos, construídos de raiz com o exibicionismo oportunista que

utiliza espaços estabilizados e com marcada identidade histórica. O caso da Rua do Carmo pode, com propriedade, ser citado como exemplo de um gesto que nada teve de arquitectónico, limitando-se a um acto de propaganda *naïf* e acredito, apesar de tudo, que bem intencionada!

Os espaços exteriores dos núcleos históricos, sejam eles ruas, praças ou jardins particulares, devem ser entendidos na expressão dos sítios, o que nos leva a ser sensíveis por exemplo ao *nonsense* de colocar painéis de informação electrónica no Rossio de Lisboa, ou trifos de betão na Rua Santa Catarina no Porto.

Professor Doutor Sidónio Pardal